

Ações Afirmativas no IFPR: Avaliação da Política de Cotas e Inclusão de Estudantes Negros no Câmpus Foz do Iguaçu

Autor: Alex Tomáz (IFPR / UEL) – alextomaz2@gmail.com

Orientadora: Renata Peixoto de Oliveira (UNILA) – renata.oliveira@unila.edu.br

Palavras-chave: Política de Cotas Étnico-Raciais; IFPR; Inclusão Educacional.

Introdução

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consolidou-se como estratégia de democratização do ensino no Brasil. Contudo, o acesso exige o enfrentamento de desigualdades estruturais que excluem populações negras e indígenas. As políticas de cotas (Lei nº 12.711/2012) surgem como instrumentos de justiça reparativa e equidade. Este trabalho analisa a implementação das ações afirmativas no IFPR, Câmpus Foz do Iguaçu, avaliando se o ensino de excelência atua como oportunidade anti-exclusão para estudantes negros. O objetivo é discutir a efetividade dessas políticas na transformação do perfil discente e na promoção da visibilidade social desses sujeitos.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). O arcabouço metodológico envolveu levantamento bibliográfico e documental, abrangendo desde a gênese da educação profissional no Brasil até a legislação contemporânea de ações afirmativas. Para a coleta de dados primários no Câmpus Foz do Iguaçu, foram aplicados questionários estruturados aos servidores da instituição, visando compreender a percepção do corpo técnico e docente sobre a política de cotas e os processos de inclusão. A análise dos dados foi pautada pela triangulação de métodos, confrontando os marcos teóricos de autores como Silvio Almeida (racismo estrutural) e Gaudêncio Frigotto (função social dos IFs) com os resultados práticos observados na unidade pesquisada.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que a reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas (PPI) alterou significativamente a demografia institucional do IFPR Câmpus Foz do Iguaçu. Em um sistema de ampla concorrência puro, este contingente dificilmente acessaria uma instituição de alto desempenho técnico. Contudo, a pesquisa identificou que a "excelência" não deve ser medida apenas por exames nacionais, mas pela capacidade de oferecer suporte para a permanência e êxito deste novo perfil discente.

Embora a maioria dos servidores reconheça a importância das cotas para corrigir injustiças históricas, persistem lacunas na compreensão do racismo estrutural que permeia o cotidiano escolar. Estudantes negros enfrentam barreiras que transcendem o desempenho acadêmico, incluindo dificuldades socioeconômicas e a necessidade de um ambiente que valorize sua identidade. A presença mais

acentuada desses estudantes tensionou o currículo e as práticas pedagógicas, exigindo a atuação de núcleos como o NEABI para garantir que a inclusão seja também simbólica e epistemológica.

A verticalização do ensino no IFPR potencializa essa inclusão, permitindo trajetórias do ensino médio ao superior na mesma instituição, quebrando ciclos intergeracionais de exclusão. No entanto, os dados alertam para o risco da "inclusão excludente": se o ingresso é garantido por lei, a permanência é fragilizada pela falta de assistência estudantil robusta. Em Foz do Iguaçu, a integração entre ações afirmativas e desenvolvimento regional é vital, mas exige vigilância constante contra o racismo institucional em processos de avaliação e acesso a estágios..

Conclusão

A pesquisa conclui que as ações afirmativas étnico-raciais no IFPR representam um avanço democrático incontornável, transformando o "ensino de excelência" em uma ferramenta de mobilidade social para a população negra em Foz do Iguaçu. No entanto, a eficácia das cotas não se encerra na matrícula. É necessário que a instituição fortaleça os mecanismos de permanência e promova uma formação docente antirracista contínua. Os Institutos Federais cumprem sua função social quando deixam de ser ilhas de excelência para poucos e se tornam espaços onde a diversidade étnico-racial é vista como componente indissociável da qualidade acadêmica. Superar o legado de controle social das antigas escolas profissionais exige que o IFPR continue aprofundando suas políticas de ações afirmativas, garantindo que o ingresso de estudantes negros seja o início de uma trajetória de emancipação e cidadania plena.

Referências

ALMEIDA, Silvio. O Que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. BRASIL.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe Sobre A Implementação De Reserva De Vagas Em Instituições Federais De Ensino. Brasília, Df: Presidência Da República, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Maior Política De Educação Pública De Qualidade. Revista Trabalho Necessário, V. 18, N. 36, 2020.

SANTOS, Renato Marinho Brandão; Afonso, José António. Estratégias De Controle Das Classes Perigosas: O Ensino Profissional Do Império À República. Revista Trabalho Necessário, V. 18, N. 35, 2020.

TOMÁZ, Alex. O Ensino De Excelência Como Oportunidade Anti Exclusão: Avaliação Das Ações Afirmativas Étnico-Raciais No Ifpr E Um Estudo De Caso No Campus Foz Do Iguaçu. Dissertação (Mestrado Em Políticas Públicas E Desenvolvimento). Unila, Foz Do Iguaçu, 2025.